



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DONETA FRANCISCO ANTÓNIO

**AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ECONÔMICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ANGOLANA NO PERÍODO 2002-2019**

REDENÇÃO - CE

2022

DONETA FRANCISCO ANTÓNIO

**AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ECONÔMICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ANGOLANA NO PERÍODO 2002-2019**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado

REDENÇÃO-CE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Antônio, Doneta Francisco.

A64c

As consequências da crise econômica na administração pública angolana no período 2002-2019 / Doneta Francisco Antônio. - Redenção, 2022.
42f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Profa . Dra. Sandra Maria Guimarães Callado.

1. Administração pública. 2. Crise econômica. 3. Angola. I.
Título

CE/UF/BSP

CDD 658

DONETA FRANCISCO ANTÓNIO

**AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ECONÔMICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ANGOLANA NO PERÍODO 2002-2019**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado

Aprovado em: ____/____/ 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Sandra Maria Guimarães Callado – Orientadora
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima – Examinador
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof^a Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria – Examinadora
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

DEDICATÓRIA

Em memória aos meus pais:
Nazaré Francisco Augusto
Fernando António Gomes

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão aos meus ancestrais pela vida e proteção diária, aos meus pais Nazaré Francisco Augusto e Fernando António Gomes pelos cuidados primários e secundários e pelo amor incondicional.

Aos meus sobrinhos e irmãos Fernando António Neto, Rosa Fernando António, Teresa Augusto Gomes, Sara Augusto António, Ernesto Augusto Gomes, Francisco Augusto Gomes e Júlio Fernando Antonio Gomes pelo vosso apoio.

Agradeço ao meu namorado Manuel Nambua, por ter embarcado comigo nessa fase da minha vida, pelo amor, pelas correções diárias e por estar sempre disponível e me mostrar que sou uma mulher maravilhosa, forte e capaz de enfrentar quaisquer obstáculos.

A minha família que construí ao longo desses 4 anos na Universidade: Fatima Soneto, Neurina Francisco, Elizabeth Lucrécia, Jandira Dala, Teresa Gomes, Esperança André, Natalia Kulivela, Joelma Machado, Augusto Pacato, Bento Pedro, José Mussunda, Manuel Camenga, Jeremias Baía e tantos outros, que souberam ser amigos e irmãos. Aos meus afilhados Loide Diogo e Balder Kia Nzambi por ter-vos como filhos.

Ao meu amigo Suaibo Djau que me ajudou bastante para realização desta monografia, as minhas amigas em Angola Engrácia, Antônia, Marlene que mesmo estando distante foram úteis.

A minha orientadora Prof^a. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado pela orientação e paciência que teve em ajudar-me na elaboração da monografia, a todos os professores e professoras do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - (ICSA) pelo grande contributo que tiveram na minha formação enquanto académica e ser humano.

A mim mesma, por ser essa mulher maravilhosa e empoderada que sempre acreditou nos seus sonhos.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram na minha formação pessoal, académica e profissional, “Ngasakidila” (Obrigado).

RESUMO

O presente estudo tem como intuito analisar as consequências da Administração Pública angolana no período de 2002-2019, considerando a crise econômica de 2014. Para cumprir os objetivos traçados, utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva, tendo como método de abordagem qualitativa, recorrendo às técnicas de coleta de dados bibliográfica e documental. Com isso, foi possível fazer uma discussão ampla dos dados com base no material (ais) em disposição com vista a encontrar os resultados para conclusão da monografia. Portanto, foi possível observar que depois do término da guerra civil, ocorrida no período de 1975 a 2002, Angola viveu fase crítica da sua economia, devido aos entraves deixados pelo conflito como a destruição da grande parte da infraestrutura. Apesar disso, teve crescimento econômico que não durou muito devido ao início da crise econômica em 2014, que vigora até a data atual. Durante esse período da crise, se observou também grandes alterações na administração pública angolana, como a crise fiscal que acabou surgindo devido à instabilidade econômica do país. Em relação aos resultados, foi possível observar que, a partir das variáveis macroeconômica e financeira, o maior desafio que o governo angolano enfrenta é, sem dúvidas, a falta de diversificação da economia, a fiscalização do orçamento público, gestão eficiente dos recursos, além de criar programas de apoio à economia nacional e recorrer em investidores no mercado nacional e internacional. Quanto à administração pública angolana o que se pode constatar é que existem ainda muitas lacunas causadas não somente pela crise econômica quanto pela fiscal.

Palavras-chaves: Administração Pública. Angola. Crise econômica.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the consequences of the Angolan Public Administration in the period 2002-2019, considering the economic crisis of 2014. To fulfill the objectives set out, exploratory and descriptive research was used, with a qualitative approach method, using bibliographic and documental data collection techniques. With this, it was possible to make a broad discussion of the data based on the material (ais) at disposal with a view to finding the results for the conclusion of the monograph. Therefore, it was possible to observe that after the end of the civil war, which took place between 1975 and 2002, Angola went through a critical phase in its economy, due to the obstacles left by the conflict, such as the destruction of much of the infrastructure. Despite this, it experienced economic growth that did not last long due to the beginning of the economic crisis in 2014, which is still in force today. During this period of crisis, major changes were also observed in the Angolan public administration, such as the fiscal crisis that arose due to the country's economic instability. In relation to the results, it was possible to observe that, from the macroeconomic and financial variables, the biggest challenge that the Angolan government faces is, without a doubt, the lack of diversification of the economy, oversight of the public budget, efficient management of resources, in addition to creating support programs for the national economy and turning to investors in the national and international markets. As for the Angolan public administration, one can see that there are still many gaps caused not only by the economic crisis but also by the fiscal crisis.

Key-words: Public Administration. Angola. Economic Crisis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNA - Banco Nacional de Angola

BM - Banco Mundial

CRA - Constituição da República de Angola

DFC - Direção de Fazenda e Contabilidade

ENAD - Escola Nacional de Administração Pública de Angola

ENANA - Escola Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea

FMI - Fundo Monetário Internacional

EUA - Estados Unidos da América

FNLA - Frente Nacional de Libertação Total de Angola

IFAL - Instituto Formação de Administração de Local

IDH- Índice de desenvolvimento Humano

INEA - Instituto Nacional das Estradas em Angola

INE - Instituto Nacional de Estatística

INSS - Instituto Nacional de Segurança Social

KZ - Kwanza

LEA - Laboratório de Engenharia de Angola

MEP - Ministério da Economia e Planeamento

MINFIN - Ministério das Finanças

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OGE - Orçamento Geral do Estado

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

SIGFE - Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado

SONANGOL - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

TAAG - Linhas Aéreas de Angola

TC - Tribunal de Contas

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Aspectos Gerais da Administração Pública	12
2.2	Crise fiscal	14
2.3	Finanças Públicas em Angola	15
2.3.1	Receitas Públicas	16
2.3.2	Despesas Públicas	17
2.3.3	Déficit Público	18
2.3.4	Dívida Pública	18
2.4	Crise econômica em Angola	19
2.4.1	Consequências da crise no processo de crescimento e desenvolvimento de Angola	20
3	MATERIAL E MÉTODO	23
3.1	Área de estudo	23
3.2	Tipo de pesquisa	24
3.3	Técnicas de coleta de dados	25
3.4	Dados e análises	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
4.1	Análise da situação econômica de Angola	26
4.2	As Consequências da Crise na Administração Pública Angolana	30
4.3	Possíveis estratégias para combater a crise econômica em Angola	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35
6	Anexos	40

1 INTRODUÇÃO

O tema em estudo se revela importante para um melhor entendimento da Administração Pública e Economia de Angola. Este país que apesar de diversas riquezas, sofreu vários conflitos que de certa forma desestruturou as instituições públicas de acordo com o que se almeja pontuar nesta monografia.

Depois de quase três décadas de guerra civil¹ em Angola, ocorrida nos anos de 1975 a 2002, o conflito provocou consequências trágicas na economia, nas infraestruturas públicas e nas vidas dos angolanos. Segundo Rocha (2007), nos períodos pós-guerra, Angola começou a registrar um rápido crescimento elevado da taxa de crescimento do PIB influenciado pela produção do petróleo. Podemos observar esse crescimento através do anexo 1, a partir dos períodos 2004 a 2008, onde constam os maiores valores da taxa do PIB. O crescimento foi tão acelerado que as instituições internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), temiam com essa aceleração econômica.

Esse crescimento perdurou quatro anos seguidos, que vão de 2004 a 2008, onde, em paralelo se observou maior produção e subida do preço do petróleo, pondo Angola em segundo lugar como melhor produtor de petróleo em África até 2010 (JENSEN; PAULO, 2011).

Não obstante o país ter alcançado a paz em 2002, surgiu outro problema, a crise financeira de 2008², que afetou vários países, dentre eles Angola. E, dada a grande influência que os Estados Unidos da Américas (EUA) exercem sobre o mundo, essa crise fez com que seus efeitos se propagassem de uma forma que atingiu as economias mundiais.

Depois do prolongado conflito ocorrido em Angola, como forma de não deixar sua economia baixa, as receitas vindas do setor petrolífero serviram de suporte para o crescimento da sua economia, que passou a depender totalmente deste recurso. Devido a essa dependência, no final do ano 2013, a situação econômica do país agravou-se, embora o governo não tenha oficialmente declarado a crise econômica, pois ainda restavam divisas reservadas durante as exportações que serviam de consumo interno pelas importações. E, por

¹ Foi um conflito que durou 27 anos tendo início no ano de 1975-2002 (após sua independência) entre os três maiores partidos políticos do país: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

² A crise financeira mundial de 2008 teve seu início em 2007, com origem no mercado imobiliário norte-americano. Para Cechin e Montoya (2017), a crise de 2008 representou uma mudança na história do capitalismo, atingiu todos os mercados, do monetário ao de crédito, das bolsas de valores à de mercadorias.

não apostarem em outros investimentos, fez com que a crise se instalasse no país no segundo semestre de 2014 e vigora até a atualidade (NUNES, 2018).

Perante esse cenário, a fim de minimizar a crise enfrentada, Angola foi obrigado a recorrer ao FMI, com vista a fazer empréstimo financeiro de modo a ajudar a estabilidade econômica do país justificando a queda do petróleo que outrora já foi o maior gerador de crescimento econômico no país entre o período de 2008 e 2009. Segundo dados obtidos pelo Banco Mundial (2018), destacam que,

Angola fez um progresso econômico e político substancial desde o fim da guerra, em 2002. No entanto, o país continua a enfrentar desafios de desenvolvimento enormes, que incluem a redução da dependência do petróleo e a diversificação da economia, a reconstrução da infraestrutura, o aumento da capacidade institucional e a melhoria dos sistemas de governação e de gestão das finanças públicas, dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições de vida da população (BANCO MUNDIAL, 2018, n.p.).

Economicamente, Angola possui histórico de dependência com o petróleo. Sua economia está fortemente dependente, ou seja, ela não é diversificada. Apesar de vastos recursos naturais, o petróleo tem um valor primordial na economia do país. Os dados do FMI (2015) revelam que pela descida que o petróleo teve limitou as receitas fiscais e as exportações, pois a economia angolana não é diversificada confiando num único recurso como forma de crescimento econômico do país.

A relevância deste trabalho está voltada diretamente para a área da Administração Pública e Economia para se compreender o tema escolhido, igualmente, procurar compreender de que forma a crise econômica trouxe consequências na Administração Pública Angola.

Face ao exposto, apresentamos a seguinte questão: quais consequências trouxe a crise econômica na Administração Pública Angolana? Neste sentido, ressalta-se que o objetivo deste trabalho é analisar as consequências da crise econômica na Administração Pública Angolana no período de 2002 a 2019.

O ensejo da pesquisa justifica-se pelo fato do Estado Angolano, nos últimos anos, ter sofrido uma mudança quanto a sua economia. O ponto de partida da pesquisa situa-se no ano de 2002, com destaque ao ano 2014, período em que começou a crise econômica em Angola. Pretende-se, com este estudo, servir de referência para os acadêmicos, pesquisadores e qualquer indivíduo que tenha interesse na temática.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: a primeira parte é constituída pela introdução, no segundo capítulo, está o referencial teórico, onde se encontram os tópicos

desenvolvidos no trabalho como: i) Aspectos gerais da administração pública em Angola, ii) crise fiscal e finanças públicas em Angola iii) crise económica em Angola e No terceiro capítulo tem os procedimentos metodológicos. No quarto, se encontram descritos os resultados e discussões culminando com o quinto capítulo de considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar as consequências da crise econômica na Administração Pública Angolana

1.1.2 Objetivos Específicos

- i) Discutir e analisar a situação econômica de Angola no período de 2002 a 2019;
- ii) Descrever as consequências da crise na Administração Pública Angolana nesse período; teremos a crise fiscal;
- iii) Relatar possíveis estratégias na Administração Pública Angolana no combate à crise econômica de 2014.

1.1.3 Justificativa

A economia angolana tem sofrido mudanças desde o ano 2002, pois foi o ano que se concretizou a paz em Angola. Desde então, constatou-se melhorias após o conflito armado ocorrido durante 27 anos. Infelizmente, mesmo com modificações, a forte dependência ao petróleo vem apenas mostrar a fragilidade da sua economia.

Há mais de cinco anos que a situação do país continua a mesma. Ou seja, apesar do anúncio tardio sobre a crise econômica, o povo já sentia a escassez de certos produtos e serviços desde o final do ano de 2013, devido à inflação, fechamento de algumas empresas privadas, aumento do desemprego e a desvalorização do Kwanza (kz)³. No início de 2014, o governo angolano anunciou ao país e ao mundo que Angola estava a passar por uma crise econômica que, na verdade, se vivia no ano anterior (ROCHA, 2014).

Diante disso, o estudo se justifica pela deficiência de estudos sobre a temática conforme Liberato (2016) destaca que a ausência de docentes qualificados por esta razão, faz com que Angola apresenta um intenso problema de escassez de informação de vários tipos

³ É a moeda/dinheiro oficial de Angola.

tornando as fontes restritas. Por outro lado, no âmbito pessoal a pesquisa se justifica por ter vivenciado de perto a crise e o seu impacto na minha vida, pois as dificuldades eram maiores. Por fim, no âmbito acadêmico e social, a pesquisa contribuirá nas referências do tema em Angola e no mundo, despertando a sociedade sobre o impacto da crise e abrir novos debates na academia. O trabalho traz importante matéria sobre efeitos da crise econômica na administração pública angolana, mostrando pouca manifestação da esfera pública quanto à crise, seu impacto e pelas dificuldades que Angola tem atravessado nos últimos cinco anos, período compreendido entre 2014 a 2019 devido a forte dependência que a economia angolana tem no petróleo.

O período temporal descrito neste trabalho, primeiramente o ano de 2002 surge para contextualizar o alcance da paz que serviu de base para fazer a comparação da economia de Angola com os demais períodos. Delimitou-se a analisar neste trabalho a crise econômica no período 2014 e culminou-se no ano de 2019, pois o desfecho da crise é imprescindível e porque até este ano conseguimos dados precisos para o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos Gerais da Administração Pública

Administração é um termo muito usado como gestão ou direção, significa servir, executar, dirigir ou governar. O seu conceito, está relacionado ao Estado, ou seja, envolve toda a ação ou atividade pública/estatal exercida em favor do interesse público e interesses dos cidadãos que administram (DI PIETRO, 2016). A atividade exercida pelo Estado para o interesse dos cidadãos, mediante seus direitos é considerada Administração Pública.

Segundo Mello (1979, p. 33-34), citado por Di Pietro (2016, p.42), aponta duas versões para conceituar administração pública, que são: “para uns, vem de *ad (preposição)* mais ministro, as, are (verbo), que significa servir, executar; para outros, vem de *ad manus trahere*, que envolve ideia de direção ou gestão”. Nessas duas versões existe o sentido relacionado à subordinação e hierarquia. Em referência a Mello (1979), isso leva a autora supracitada a afirmar que o termo administração “significa não só prestar serviço, executá-lo, como, outrossim, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil; e que até, em sentido vulgar, administrar quer dizer traçar programa de ação e executá-lo” (MELLO, 1979, *apud* DI PIETRO, 2016).

Pela história colonial, a administração pública angolana foi uma herança, sua construção ainda tem o símbolo do colonizador. De acordo com os artigos 201º e 213º da

Constituição da República de Angola de 2010 (CRA/2010), a Administração Pública está dividida em três grupos nomeadamente: Administração Direta, Administração Indireta do Estado e Administração Autônoma.

Nesta senda, explica-se, nas seguintes subseções, o que significa cada um desses três grupos de administração pública e suas respectivas modalidades, com base na CRA/2010.

a) Administração Direta - Se refere à prestação direta dos serviços públicos pelo próprio Estado e seus órgãos. Desdobra-se em: i) administração central e ii) administração local/periférica (interna e externa).

i) **Administração central** - é tudo que pode ser encontrado nos órgãos, e que têm a competência ampla em todo o país como o Presidente e Vice Presidente da República, Ministros e Secretarias do Estado.

ii) **Administração local/periférica (interna e externa)** - são os órgãos competentes com atribuições restritas em certas áreas, sendo estes: Governos Provinciais, Administrações Municipais e Administrações Comunsais.

b) Administração indireta do Estado - esta é constituída pelos entes vinculados ao Estado e prestam serviços públicos ou de interesse público. As entidades que compõem a administração indireta são: i) os institutos públicos e ii) empresas públicas.

i) **Institutos Públicos** - Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Instituto Nacional de Estradas Angola (INEA), Laboratório de Engenharia de Angola (LEA) e o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).

ii) **Empresas Públicas** - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL), Linhas Aéreas de Angola (TAAG), Escola Nacional de Administração Pública de Angola (ENAD) e Escola Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA).

c) Administração Autônoma - é formada pelas entidades que prosseguem interesses próprios das pessoas que as constituem e que definem com independência a orientação da sua atividade (AMARAL, 2018). Os exemplos dessas entidades são: **i)** Associações Públicas (associações de entidades públicas – associações municipais; associações públicas de entidades privadas – ordens profissionais); **ii)** Autarquias Locais; **iii)** Autoridades Tradicionais; **iv)** Outras Formas de Organização e Participação dos cidadãos.

2.2 Crise fiscal

A crise fiscal surge quando a dificuldades que o Estado não consegue suprir com vários setores, principalmente o econômico, o principal setor de um Estado-Nação. Para O'Connor (1973 *apud* BRESSER-PEREIRA, 1991), desenvolvedor do conceito de crise fiscal, relaciona este termo com o Estado alegando que uma crise fiscal também é Estatal, pois isso acontece quando o Estado apresenta instabilidade no setor econômico, apresentar aumento de dívidas públicas e déficit no orçamento anual. Em Angola, 50% da sua riqueza são oriundas do petróleo e outra dos setores não petrolíferos como a agricultura, pecuária, além dos impostos que também geram receitas para o Estado (MEP, 2018).

Com a crise econômica vivida em Angola, será que existe também a crise fiscal? Com esta questão é importante compreender que, o Estado angolano se intervém em tudo, não obstante a isso se tem a questão do nível excessivo das dívidas públicas, das despesas e do déficit. Com tudo isso implantado pode-se dizer que para além da crise económica em Angola, existe ainda a crise fiscal que precisa ter estratégias ou programas de modo a combatê-las (ROCHA, 2004).

Segundo a constituição angolana “O sistema fiscal visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas, assegurar a realização da política económica e social do Estado e proceder a uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional”. (CRA, 2010, p.34). Nesse sistema podemos encontrar os impostos que só podem ser criados por lei, taxas, benefícios fiscais e garantias dos contribuintes. Em Angola o nível de fiscalidade é baixo, existem setores que não há fiscalidade, ou seja, não fazem pagamentos dos impostos no caso das exportações, à administração fiscal é ineficiente em suas funções tendo em conta também a tecnologia que é fraca em Angola.

Com a acentuada queda do preço do petróleo, as contas fiscais como as receitas, despesas, déficit e outros que foram influenciadas, de 2015 a 2019 teve registros muito baixos, ou seja, existem dificuldades em conseguir receitas para ter despesas públicas para o crescimento e desenvolvimento do país e da população angolana. Devido a estas dificuldades vividas por muitos anos, se fala sobre a necessidade de se estudar o sistema fiscal angolano, o Estado tem criado programas e estratégias para a diversificação da economia angolana. Dentre os programas criados contam: o Programa de Apoio à produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Angola 2025, e a Reforma Tributária, esta reforma foi

implementada em 2009 dando início a reforma fiscal (FRANCISCO, 2018). A Reforma Fiscal tem como objetivo ajudar no combate à crise existente no país de modo a incentivar e atrair investimentos nacionais e estrangeiros.

2.3 Finanças Públicas em Angola

Estudos apontam para o conceito de finanças públicas em duas concepções: o primeiro é estudado como disciplina, abrangido as receitas, despesas, orçamento e dívidas públicas; o segundo está voltado às finanças públicas enquadrando as atividades financeiras do Estado com vista a satisfazer as necessidades do povo (NESI, 2010).

Na concepção de Deodato (1977, p. 11) a “Ciência das Finanças, estuda as leis que regulam a despesa, a receita, o orçamento e o crédito público”. É o governo o objeto das finanças públicas, por isso se intervém, embora pudessem dar mais liberdade aos cidadãos de maneira que possam se expressar e ter iniciativas que ajudem na intervenção econômica do país.

As finanças públicas em Angola têm um percurso histórico desde 1901 quando foi criada a Direção de Fazenda e Contabilidade (DFC) com sede em Portugal, sendo esta sua colônia. Depois do alcance da Independência em 1975, a sede passou em Angola com o mesmo nome (DFC) sendo trocado um ano depois como Ministério das Finanças (MINFIN). De lá para cá várias são as mudanças que o MINFIN tem feito, criando assim também programas, plataformas que são controladas pelo Ministério e dão suporte às finanças públicas de Angola (MINFIN, 2020). Dentre as plataformas criadas destaca-se o SIGFE (Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado) criado em janeiro de 2004 com o objetivo de assegurar e descentralizar o Orçamento Geral do Estado que é responsável pelo controle das receitas e despesas públicas (BEMBA, 2014).

Com a implementação do SIGFE foi possível descentralizar as finanças públicas, ou seja, a digitação era centrada apenas no Órgão Central do Sistema Contabilístico do Estado, não existia a contabilidade patrimonial, dificilmente as informações não eram em tempo real, as informações não eram firmadas e ainda chegavam atrasadas (BEMBA, 2014). Por isso foi necessário à implementação de um sistema que permitisse mais eficiência nas finanças públicas de Angola, conforme narra o autor que:

Com um sistema contabilístico em pleno funcionamento, que trate os dados da Administração Pública como um todo e possibilite a aplicação de métodos universalmente aceites, torna-se possível gerar e disponibilizar os indicadores e as informações com a qualidade e abrangência necessárias para situar o país no quadro

das nações que buscam a excelência na gestão das finanças públicas (BEMBA, 2014 p. 66).

Com a SIGFE foi possível descentralizar os serviços administrativos e aproximar os serviços às populações conforme alega a CRA no artigo 199º nos princípios da administração pública angolana. Portanto, o estudo das finanças públicas encontram – se fiscalizado no Tribunal de Contas (TC) no artigo 182º da Constituição da República de Angola com o SIGFE que vigora até a data atual onde são executadas a administração central e local do Estado e outras instituições que recebem verbas do OGE (CRA, 2010).

2.3.1 Receitas Públicas

As receitas públicas são a forma de obter recursos através dos impostos, taxas e outras receitas de forma definitiva. No manual de receitas públicas (2006) são definidas como recursos que ficam sobre a posse do governo para suprir as despesas públicas. De acordo com o MINFIN (2021), o petróleo é a maior fonte de receitas de Angola e tem contribuído bastante para o crescimento econômico e financeiro do país. Dessa forma, se observa na figura 1, o crescimento das receitas petrolíferas no período pós-guerra e como ela está com a crise econômica.

Figura 1: receitas petrolíferas no período 2002-2019 em percentagem



Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do MINFIN de Angola, 2021.

Observa-se na figura nº1, o crescimento do setor petrolífero durante muitos anos e como foi baixando no decorrer dos anos. Ou seja, antes de 2014, houve momentos muito adversos concernente ao preço do petróleo a nível mundial. A linha verde mostra o período

(2014 a 2019) em que começou a se observar com maior frequência a baixa do preço do petróleo.

As receitas e as despesas públicas são encontradas no OGE, sendo que as receitas classificam – se em: receitas por natureza econômica e por fonte de recurso (TC, 2010). Focaremos apenas nas receitas econômicas tendo em conta o tema em estudo. As receitas econômicas compreendem duas categorias nomeadamente:

As receitas correntes são tributárias, patrimoniais, bens e serviços e as transferências que são recebidas para suprir as despesas. Estas receitas são diferenciadas das de capital, pois não possuem operações semelhantes (TC, 2010).

As receitas de capital são vindas de ativos permanentes, ingressos financeiros, procedente de operações de crédito, amortização da dívida, de conversão em espécie de bens e de direitos, bem como saldos não comprometidos de exercícios anteriores (TC, 2010).

As receitas por fonte de recurso compreendem identificar: receitas quanto à origem e quanto ao destino. Nas receitas de origem encontramos outra classificação de receitas ordinárias do tesouro ou da autarquia, próprias, de doações e receitas de financiamento. Enquanto que nas receitas por fonte de destino são classificadas em: receitas ordinárias, esta classificação só é aplicada quando não há restrições e receitas que afetam um determinado fim, denominadas de consignadas (TC, 2010).

2.3.2 Despesas Públicas

Assim como as receitas públicas são a forma de obter recursos, as despesas públicas são o contrário devendo ser programada e ter maior controle, contada no OGE. Em Angola as despesas são gastas no pagamento dos funcionários públicos e outros gastos com autorização do órgão de direito. O tribunal de contas angolano conceitua despesas públicas como sendo gastos que o Estado faz em ministérios e outras entidades que a eles pertencem quer com ou sem fins lucrativos (TC, 2010). Nesi (2010), narra que estas despesas públicas são para gastos de bens que o próprio Estado cria para os serviços e obras do país.

No contexto angolano, as despesas se classificam em vários, destacando a classificação econômica que são: corrente e de capital.

Despesas correntes “são despesas destinadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como as transferências realizadas com igual propósito”. (TC, 2010, p.1399). Ou seja, são resultantes das próprias atividades estatais, estas não geram nenhum aumento de capital. Enquanto que as despesas de capital são os aumentos de

patrimônios duradouros como os investimentos e transferências de financiamentos bem como reservas (TC, 2010).

2.3.3 Déficit Público

O déficit está relacionado com os gastos da receita e despesa de forma negativa. Ou seja, o déficit público é quando o governo gasta (despesas) mais do que arrecada (receita) em período de tempo determinado (BEMBA, 2014). Portanto, poucas receitas e muitas despesas resultam em déficit.

[...] O défice público impacta no progresso econômico, haja vista que intervém na capacidade de investimento das empresas, bem como do próprio Estado. Ele equivale à parcela das despesas realizadas (gastos do Executivo), mas que não são cobertas pelas receitas (tributos), cuja principal consequência é a desordem estrutural da economia (BEMBA, 2014, p.42).

Um dos mal que provoca o déficit são as dívidas públicas que o Estado vai fazendo para financiamento de alguns recursos e a corrupção - Angola é um país corrupto com uma gestão desequilibrada (BEMBA, 2014). Segundo o autor, o déficit pode ser classificado em: primário ou fiscal – neste tipo de déficit não é ponderado ou, seja, as verbas são referentes aos juros da dívida pública; operacional, se reconhece déficit à diminuição dos valores monetários; e o déficit nominal ou total tem haver com a diferença das receitas e despesas e pondera os juros.

Em Angola o déficit começou a ter maior registo em 2014 devido à baixa do preço do petróleo que deu origem à crise econômica instalada em Angola (Relatório Econômico de Angola, 2016). É importante ressaltar que nem sempre o déficit público é resultado dos obstáculos da contabilidade pública, pode existir devido aos investimentos feitos em longo prazo que precisam de mais recursos.

2.3.4 Dívida Pública

Como o próprio nome sugere, "dívida pública", está ligada com as receitas e as despesas, pois se houver mais gastos do que a receita arrecadada leva a situação do déficit que ocasiona a dívida pública. “corresponde ao conjunto de compromissos financeiros do Estado, vencíveis num determinado prazo”. (MINFIN, 2018, p.17). Ou seja, as dívidas que o Estado contrai têm datas previstas para a liquidação. Com a crise econômica, o governo de Angola começou a fazer vários empréstimos, em 2019, a dívida pública foi de 107% do PIB, o que o governo espera quitar parte dessas dívidas de modo que não haja aumento nos próximos anos,

assim como se espera que a situação econômica internacional melhore (MINFIN, 2020). As dívidas públicas são classificadas em: interna e externa. A dívida pública interna está relacionada com os empréstimos no mercado nacional, independentemente da moeda usada. Enquanto que as dívidas públicas externas estão ligadas ao mercado internacional com qualquer tipo de moeda e nacionalidade (MINFIN, 2018). “A dívida pública constitui-se num dos diversos meios de que dispõe o administrador público para financiar défices orçamentais e fiscais”. (BEMBA, 2014, p.43).

2.4 Crise econômica em Angola

Existem vários conceitos para definirmos a crise, como malícia ou ruim, que de certa forma trás o que é negativo, como desemprego, retrocessos e problemas sociais. Os dados do *World Bank* – Banco Mundial (BM) mostram que:

Apesar dos progressos significativos feitos na estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais, Angola continua a sofrer os efeitos da descida dos preços do petróleo e dos níveis de produção, com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) estimada em cerca de 1, 2% em 2018. O sector petrolífero contribui para um terço do PIB e para mais de 90% das exportações. [...] (*WORLD BANK*, 2020 online).

Existem formas de diversificar a economia, começando não somente a investir no setor público, mas apostar no desenvolvimento do setor privado e empresarial como no empreendedorismo. Apesar da crise, existiram momentos em que a economia angolana teve grandes avanços. Neste sentido, e de acordo com Rocha (2014), apresenta três períodos que o autor observou na economia angolana:

1. No período de 2002 a 2008 - houve um grande avanço na economia de Angola, na qual houve um crescimento não somente a nível nacional, mas mundial na procura do petróleo onde os preços foram satisfatórios nas receitas de Angola. Saindo de um conflito foi possível pensar na reconstrução de infraestruturas que foram destruídas durante as guerras e demonstrar o crescimento do PIB nestes anos que em média foi de 98%.
2. O período de 2009 a 2012 foi marcado com o início de uma possível crise internacional em que Angola foi um dos países afetados, devido à produção do petróleo na qual a economia angolana é dependente conforme referenciado, atingindo o PIB nos anos 2008 e 2009.

3. Entre 2013 a 2014 - foi marcado pelo começo dos primeiros sinais depois da descida do petróleo. Com isso, o governo começou a pensar na diversificação da economia e na reconstrução do país. Esses períodos foram muito críticos para a economia angolana devido à subida do preço do petróleo e deu início da crise econômica.

Apesar dos anos 2013 e 2014 serem muito críticos na economia angolana, o ano 2015, por exemplo, houve um crescimento acelerado a nível mundial, que contribui para o crescimento da economia nacional. O Orçamento Geral do Estado (OGE, 2015) já previa um crescimento do PIB de 2015 que foi de 9,7%, em comparação ao ano de 2014 de 4,4 onde houve o pico da subida do preço do petróleo. Ou seja, com a recente queda do petróleo, em 2015 a economia angolana cresceu quer no setor petrolífero e não petrolífero chamado também de nova economia que se esperava um crescimento de 9,2% com avanço de construções das infraestruturas e apostando na produção agrícola e outros serviços.

Os dados do MINFIN no OGE (2016) alertam que nos anos de 2016 a 2019 a economia só tendeu a baixar, embora o governo estivesse a diversificar o setor petrolífero que continua a ser o maior gerador da economia de Angola. O governo angolano já previa a baixa da economia de até 3,3% e o PIB foi de 1,1%, para 2016.

No caso da agricultura, as verbas atribuídas pelo Governo no OGE são exíguas, representando apenas 0,6% do total das despesas. O sector industrial em geral carece de matérias-primas devido às dificuldades de acesso às divisas e ao fraco desempenho do setor agropecuário que deveria fornecer matéria-prima de produção nacional (PAULO, 2017, p.2).

Infelizmente, o Estado angolano prioriza outros setores e deixa de lado à agricultura que poderia contribuir para a diversificação da economia, gerar empregos, combater a pobreza e a fome (PAULO, 2016). O autor ressalta que o setor agrícola gera mais empregos que outros setores priorizados. Como forma de combater a crise econômica, o Estado deveria reforçar a política fiscal e redução das importações e das receitas petrolíferas e seus derivados, como o gásóleo e gasolina, pois esses estão ligados à alta taxa de inflação.

2.4.1 Consequências da crise no processo de crescimento e desenvolvimento de Angola

Neste capítulo abordamos as consequências da crise econômica pensado no processo de crescimento e desenvolvimento de Angola trazendo as suas consequências. Diversos estudiosos, nomeadamente: Bresser-Pereira (2006), Leite (2009), Veiga e Zatz (2008), destacam a importância do crescimento e desenvolvimento econômico. Pois, apesar de seu conceito e abrangência, os termos possuem teorias idênticas. O termo foi bastante

utilizado até o fim da década de 1960. Neste caso, enfatizamos os fatores de produção, a produtividade e a renda *per capita* como indicadores mais importantes.

O desenvolvimento e o crescimento econômico são teorias que possuem significados idênticos. Há muitos anos, vários pesquisadores, principalmente das áreas econômicas, consideram o crescimento e desenvolvimento econômico fenômenos que possuem elementos de transformação socioeconômica análoga (VIEGA, 2010, p. 17 apud RODRIGUES, 2015, p. 16).

Corroborando a ideia acima, se acredita que não se pode pensar o desenvolvimento de uma nação ou país apenas pelo crescimento econômico, pois diversos países que cresceram também apresentam elevadas taxas de desemprego e subemprego.

Enquanto que Veiga e Zatz (2008) tentam mostrar a outros estudiosos da área da economia que somente o crescimento não seria/é o suficiente para se considerar uma nação desenvolvida. O PIB não é o único indicador para sabermos o desenvolvimento de um país. Tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que serve para calcular os países em desenvolvimento, subdesenvolvimento e pobres. Em Angola, por exemplo, apesar dos avanços que se teve depois dos conflitos armados, o IDH ficou classificado na 148ª a nível mundial em 2019.

De acordo com Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é amplo, projetando ação de inovação tecnológica, aumento de emprego, mecanismo para produzir mais riquezas para o país e igualdade social. Mas essa amplitude se revela no desenvolvimento de uma palavra em sentido macro, desde o crescimento da economia até na sociedade no geral. Enquanto que o crescimento econômico destaca mais a questão econômica, ou seja, o crescimento do Produto Interno Bruto.

Em Angola, o crescimento e desenvolvimento econômico ainda são bem caóticos, sendo que o país está em via de subdesenvolvimento pelo alto índice de pobreza, desemprego, educação sem qualidade em algumas instituições públicas, insuficiência dos meios de transportes entre outros. O país tentou adotar modelos de desenvolvimento que infelizmente ficaram esgotados. Este modelo, segundo Rocha (2004, p. 10):

[...] O modelo escravista, que excelentemente serviu às necessidades da guerra e dos interesses econômicos e políticos que se constituíram na sua órbita, não serve numa situação de paz. Ao modelo econômico centrado na exploração de recursos naturais não renováveis estão associadas diferentes insuficiências, que levam à conclusão do seu esgotamento: foi responsável pela incrível desigualdade na distribuição do rendimento: por cada \$100 dólares americanos dos 10% mais pobres, os 10% mais ricos desfrutaram de \$4.000 dólares americanos [...].”

Para o autor, este modelo já estaria fora de questão, pois foi usado enquanto havia conflito no país, é necessário que se pense em um novo modelo, pós-guerra devido às consequências outrora já mencionadas deixado pela guerra. O modelo adotado seria um que não se pensasse no petróleo como fonte principal das receitas do Estado e sim em modelos baseados na economia não petrolífera.

E não obstante a guerra, a crise econômica que Angola atravessa desde 2014 trouxe consequências tanto para a população, quanto para o setor público e privado e também para a economia do país. Destacando outras consequências segundo o site Knoema (2021):

PIB negativo: a questão do PIB sempre foi um problema para Angola, com a crise o PIB apresentou valores negativos em três anos 2016 (-3), 2018 (-2) e 2019 (-1), sendo este chegando a (zero) 0 em 2017.

Taxa elevada de juros: com a taxa de juros alta dificulta o governo no pagamento de suas dívidas públicas o que atinge negativamente o crescimento econômico e financeiro do país. Sendo esta já ter chegado a 21% em 2018 e 16% no início da crise econômica em 2014.

Aumento da Inflação: com a crise econômica em Angola, a taxa de inflação se mostrou mais alta do que o esperado. Em 2014 no início da crise a inflação atingiu 4% o valor mais alto foi em 2018 atingindo 29% ao ano.

Taxa elevada de desemprego: com a taxa negativa do PIB acabou afetando o crescimento do emprego, pela associação dos indicadores. Desde a crise econômica muitas empresas privadas começaram a fechar e outras a diminuir o pessoal pela falta de recursos financeiros que de certa forma contribuíram para o desemprego. Como forma de sobreviver à população se passou a adotar a venda ambulante (zungueiros/as), transportes coletivos (taxistas e cobradores) e houve um crescimento nas atividades informais como a troca de moedas.

Redução da receita fiscal: com a crise, verificou-se redução significativa das receitas no cofre do Estado, além da instabilidade macroeconômica. Neste momento mais de 50% das receitas fiscais ainda eram dependentes do petróleo, o que era muito arriscado depender de um único produto para várias demandas do Estado angolano.

Para se ter noção de como houve bastante redução das receitas, o salário dos funcionários públicos reduziu de 35% para 31% em 2009, subindo as despesas de 14% para 26%. Isso é crítico, pois não se entende o planejamento do governo angolano. (ROCHA, 2014).

Aumento das dívidas públicas: com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, o governo angolano recorreu a empréstimos para estabilizar sua economia, pelo contrário, aumentou sua dívida pública nos últimos anos de 7% e 6% em 2018 e 2019 conforme o gráfico 3.

3 MATERIAL E MÉTODO

Nesta seção são descritos os materiais que serviram para o desenvolvimento deste trabalho, que são: área de estudo, objetivo do estudo, método, técnicas de coleta de dados e dados e análises.

3.1 Área de estudo

Em termos geográficos, esta monografia tem como área do estudo a República de Angola, com extensão territorial de 1.246.700 km², localizado ao Sul da África Austral. É limitado ao Norte e ao Nordeste pela República Democrática do Congo, ao Leste pela República da Zâmbia, ao Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico (NETO, 2005).

Angola tem o clima subtropical, dividido em duas estações verão (com bastante chuva) que vai de outubro a abril e inverno (muito seco e frio) de maio a agosto. Um país que possui bastantes recursos naturais e riquezas como o petróleo e diamantes. Apesar de ser considerado um país com bastante riqueza, verifica-se que ainda é um grande problema na questão da desigualdade social, pois a maior parte da população é muito pobre.

Pela colonização e influência que os portugueses tiveram sobre Angola, seu idioma oficial é o português, sendo que existem as línguas nacionais como o Umbundo, Kikongo e Kimbundu, que depois do português são as línguas mais faladas em Angola. 41,1% da população são católicos e 38% protestante (Censo, 2014).

Outrora Angola era dividido por oito reinos⁴. Hoje administrativamente é composta por 18 províncias, sua capital é Luanda. Atualmente o país possui dezoito províncias⁵, sendo estas: Benguela, Bengo, Bié, Cabinda, Cunene, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Kuando-Kubango, Malange, Moxico, Namibe, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Huambo, Huíla, Uíge e Zaire, com 162 municípios e 559 comunas (Censo, 2014).

⁴ Congo; Ndongo; Bailundo; Kassanje; Matamba; Chiyaka; Ndulu e Chingolo.

⁵ Estados de Angola.

Os Resultados Definitivos do Censo (2014) mostram que a população residente em Angola era de 25.789.024 de habitantes, dos quais 12.499.041 do sexo masculino (48% da população total residente) e 13.289.983 do sexo feminino (52% da população total residente).

Os mesmos dados apontam que a maior parte da população angolana reside em Luanda, capital de Angola, sendo que a capital já foi considerada uma das cidades mais caras do mundo entre os anos de 2013, 2015 e 2017.

Os atuais dados de Angola foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas - INE (2021), que permitem maior controle dos dados estatísticos e sobre a qualidade de vida da população Angolana a partir da implementação de políticas públicas e do crescimento e desenvolvimento de Angola sendo que atualmente a população de Angola é de 32.097.671 de habitantes, na qual 16.444.380 são do sexo feminino e 15.653.291 do sexo masculino (INE, 2021).

3.2 Tipo de pesquisa

O presente trabalho caracteriza-se por dois tipos de pesquisas exploratória e descritiva, com vista a compreender os impactos da crise na Administração Pública angolana no período de 2002-2019. A pesquisa exploratória permite que o pesquisador enxergue o problema de forma explícita e aprofunde o estudo para a realidade. Há uma semelhança com a pesquisa descritiva, pois o pesquisador precisa conhecer o que quer pesquisar e obter várias informações sobre o estudo que deseja pesquisar (TRIVINOS, 1987).

Segundo Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas, como as exploratórias, são justamente as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. De igual modo, afirma Trivinos (1987 p.112) que os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, parte-se da abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa se abstém dos números e busca compreender os grupos primários (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Apesar de ser uma pesquisa que muito se utiliza nas ciências sociais, serve para entender questões que vão surgindo e a entrega do pesquisador na pesquisa. Neste sentido, mostram-se dados que foram relevantes para o estudo da crise econômica em Angola.

3.3 Técnicas de coleta de dados

As técnicas adotadas para desenvolvimento deste trabalho foi o procedimento bibliográfico, documental e tabulação das informações estatísticas (VER ANEXO). Conforme afirma Gil (2008), o procedimento bibliográfico leva o pesquisador a um caminho em que encontra arquivos ou materiais já estudados e publicados no caso de livros e artigos científicos principalmente. Nesta senda, pode-se afirmar que o procedimento bibliográfico é o caminho para qualquer estudo; é a mãe para as pesquisas, pois, embora outros tipos de pesquisas tenham suas fontes e seus conceitos, este nos leva para onde outras pesquisas seguirão, nos livros e outros materiais já citados. A principal vantagem de pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

O procedimento documental se assemelha ao bibliográfico. A diferença está na natureza das fontes e na utilização de materiais que ainda não foram analisados ou podem sofrer alterações conforme a pesquisa (GIL, 2008). Os dados de natureza documental usados para a construção desta pesquisa são a Constituição da República de Angola de 2010 (CRA/2010), Relatórios de alguns Ministérios de Angola de 2012, em particular os do Ministério da Economia e Planejamento, e outros relevantes no desenvolvimento da temática em estudo.

3.4 Dados e análises

Para o desenvolvimento desta monografia, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, pois, é um diferencial para as pesquisas em ciências sociais como descrito anteriormente. Na técnica e coletas de dados, recorreremos à análise de conteúdo, pois o nosso foco são os resultados alcançados com os dados pesquisados. A análise de conteúdo é bem objetiva, pois permite que o pesquisador observe, interprete e dê resposta aos problemas propostos e encontrados durante a pesquisa (CONSTANTINO, 2002). Este método é utilizado para as pesquisas qualitativas, que segundo (FREITAS *et al*, 1997) está centrada na parte teórica do material e na análise dos dados que são narrados.

A análise de conteúdo é uma técnica de refino, portanto delicada, e que exige, para satisfação da curiosidade do investigador, muita dedicação, paciência e tempo, além de intuição, de imaginação para perceber o que é importante e de criatividade para escolher as categorias. Ao mesmo tempo, o investigador deve ter disciplina e perseverança, rigor ao decompor um conteúdo ou ao contabilizar resultados ou análises. (FREITAS *et al*, 1997, p.9).

Por ser um método de investigação, a análise de conteúdo ajuda na interpretação de dados científicos, sendo ela objetiva e interpretada em diferentes visões por pesquisadores ou analistas, é preciso tempo suficiente para sua análise e criatividade. Na visão de Bardin (1977) citado por Gil, (2008), aborda que para o desenvolvimento da análise de conteúdo existem três etapas: a) pré – análise: esta etapa é muito pertinente, a organização é primordial, pois depois de obter todas as informações é necessário que se faça a organização dos mesmos documentos para melhor levantamento. b) exploração do material: passando da primeira etapa, esta é longa, gerencia as decisões tomadas na primeira fase; c) tratamento dos dados, interferência e interpretação: validam as informações e os significados, ou seja, esta etapa trabalha com dados estatísticos caso existam quadros, diagramas e figuras, como é no caso da monografia em que estes dados estão presentes. Todas estas fontes foram essenciais para se chegar aos resultados e as considerações finais desta monografia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a discussão e resultados da presente monografia, procurou-se abordar de forma sucinta a atual situação econômica de Angola, assim como mostrar as consequências causadas em sua administração pública e algumas estratégias para a saída da crise. Os resultados e a discussão foram analisados através da metodologia descrita no decorrer do trabalho que foram essenciais para se chegar a estes resultados.

4.1 Análise da situação econômica de Angola

Neste capítulo, se apresenta a situação da economia angolana no período de 2002 a 2019. Importa salientar que, tendo em conta os acontecimentos ocorridos em Angola em 2002, esse período representa um marco fundamental na economia angolana, coincidindo com um momento pós-guerra em que o Estado e a população estavam dispostos a reconstruir o país. Com o início da crise econômica, o quadro macroeconômico e fiscal não tem mostrado melhorias devido à falta de eficiência do governo em retardar a transformar as riquezas vindas de outros recursos como formas de capitais.

A análise que se faz sobre a economia angolana no período em estudo é que, desde o início da crise, o maior desafio que o governo enfrenta é, sem dúvidas, a diversificação da economia, a fiscalização do orçamento público, a gestão eficiente dos recursos, e recorrer em investidores no mercado nacional e internacional. Ademais, constata

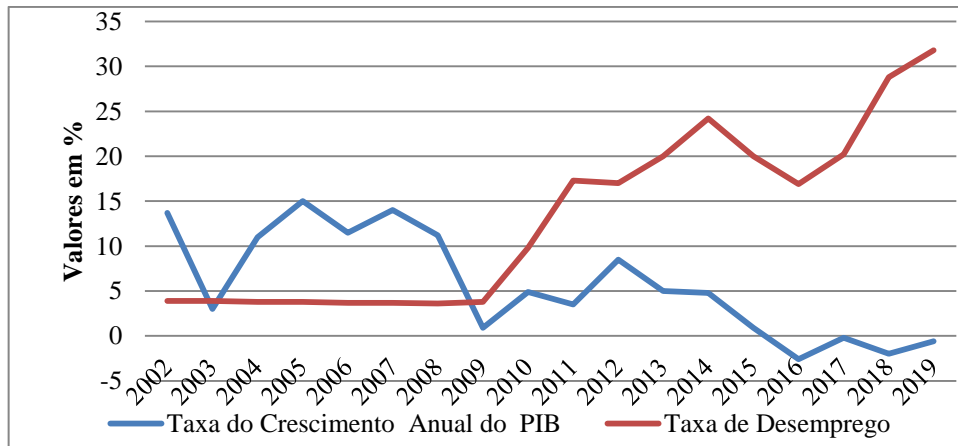
que o não progresso econômico que se verifica pela má governação de quem esteve no poder por muitos anos, onde houve práticas de corrupção, desvios de fundos públicos e nepotismo (BEMBA, 2014).

Diversos autores narram sobre a possibilidade que Angola tinha de reverter a crise que atravessa através das eleições gerais para um novo governo foi realizada em 2017. Sendo eleito outro candidato como presidente da república de Angola, querido por muitos angolanos, devido a sua força de querer mudar o país começando pelo combate à corrupção, vem-se implementando as reformas que servem para o combate à crise e a descentralização do poder (WORLD BANK, 2018). Com a tomada de posse, o novo governo, que está no poder desde o ano de 2017, incluiu-se a nova lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, que infelizmente não teve sucesso, resultando em uma grave e séria situação econômica que carece de ajuda internacional.

Tudo isso quem sofre é a população que vive em extrema pobreza, devido às desigualdades sociais, principalmente, na distribuição de renda e riqueza. Rocha (2017, p.7) narra sobre essa questão afirmando que, “a degradação das condições de vida da grande maioria da população é evidente, pois a situação financeira é de carência de recursos, econômicos é de aumento do desemprego e retração do crescimento da produção e inexistem mecanismos de mitigação social dos efeitos da crise”.

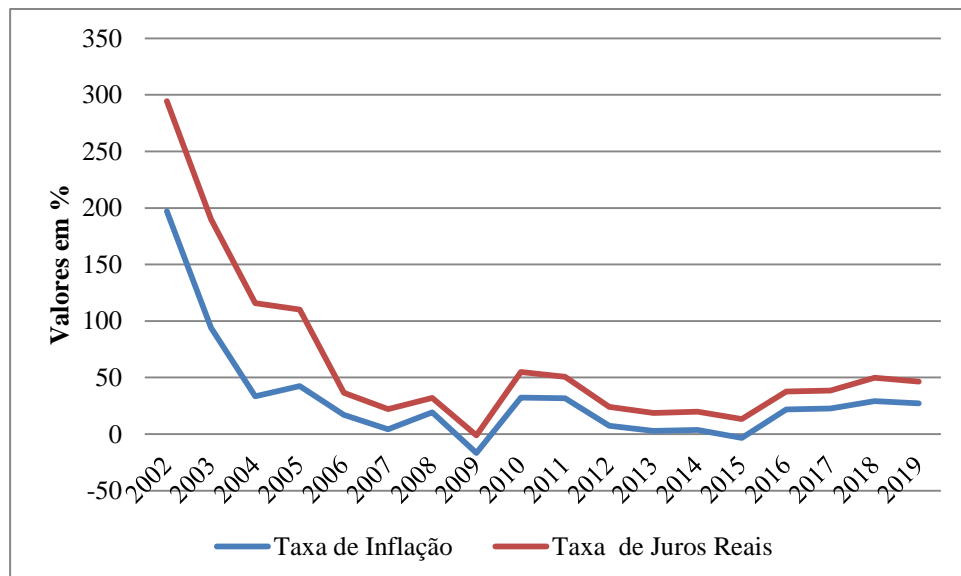
Como se pode notar na narração do autor, há uma tremenda desigualdade por toda parte de Angola, principalmente nas províncias que estão no interior do país. Nos lugares em que não há um salário-mínimo, algumas famílias sobrevivem por doações, sem uma educação e com dificuldades de acesso a outros pontos do país. No entanto, a maioria das pessoas afetadas ou prejudicadas pela crise de 2014 são os de camada baixa, ou seja, os pobres.

É importante referenciar que antes mesmo da crise econômica se instalar em Angola diversos economistas já previam, tanto que os assuntos abordados por eles referiam sobre a urgente diversificação da economia para eventuais situações. Infelizmente o governo confiou bastante no seu único recurso “petróleo” para manter a estabilidade econômica de Angola. A seguir é mostrado o andamento da economia angolana, a partir das variáveis macroeconômicas e financeiras nos períodos de 2002 a 2019.

Gráfico 1.: Taxas de Crescimento e Desemprego no Período de 2002-2019

Fonte: Elaboração própria da autora, adaptado dos dados do Knoema e INE, 2021.

De acordo com o gráfico 1, a taxa de desemprego é desproporcional ao crescimento do PIB, isto significa dizer que se desenvolveu em sentidos opostos. De 2009 a 2013 já começam a se observar o crescimento demasiado da taxa de desemprego e uma queda da taxa de crescimento do PIB o que só vem aumentando em 2014 com o início da crise econômica. E depois do crescimento do PIB, Angola passa pela instabilidade sendo destacadas nos anos de 2016, 2018 e 2019 em que o saldo era negativo, o que demonstrava a grande dependência do petróleo para o crescimento da economia angolana.

Gráfico 2. Taxas de Inflação e Juros Reais no Período 2002-2019

Fonte: Elaboração própria da autora, adaptado dos dados do Knoema, 2021.

A taxa de inflação sempre foi um problema para a economia angolana, como se observa, a inflação em 2002 chegou a 197% ao ano, passando dos 100% até outros períodos. Se acredita que o maior gerador da alta inflação nesses períodos foi devido à recente guerra

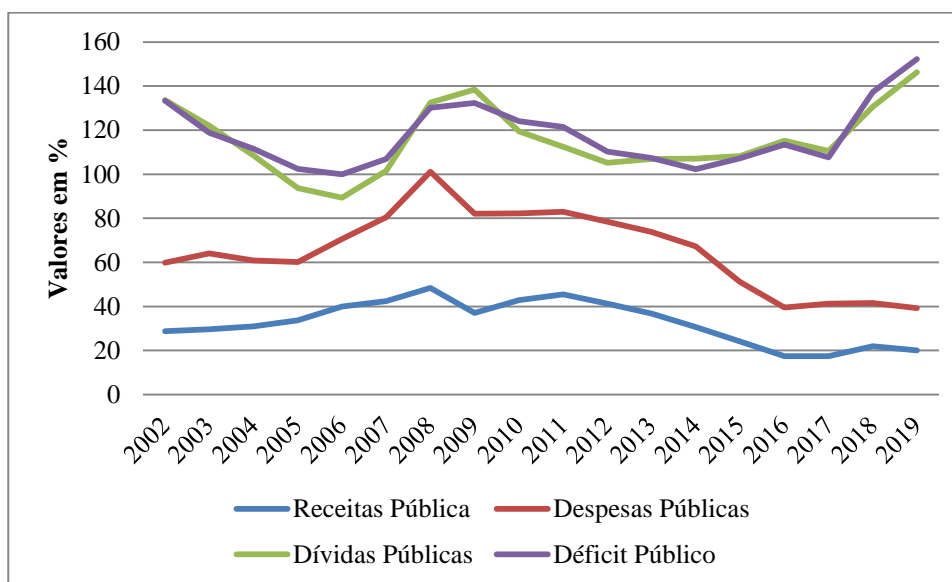
naquela altura, pois o governo estava num momento de reconstrução do país, desde as estruturas até os indivíduos que foram atingidos por esse conflito e a redução da pobreza. Além disso, houve um déficit nominal no setor público nesse período. O Estado angolano tem trabalhado desde então para que a inflação baixa, pois com isso a economia tende a crescer podendo dar bem-estar a população e criar empregos para todos.

Enquanto houver crise em Angola a inflação tende a permanecer em alta, devido a desvalorização do dinheiro angolano e tendo em conta que maior parte dos bens de consumo eram importados, o que acaba refletindo na subida dos preços nos mercados formais e informais. Como relata o *World Bank Group* (2018) devido a inflação alta, o governo reduziu o salário e outros subsídios aos funcionários públicos, impossibilitando o poder de compras e o custo de vida do povo.

Devido a relação existente entre a inflação e a taxa de juros real, em comparação com outros períodos, a taxa de juros em 2002 foi a mais alta sendo esta de 97%, o que domina negativamente os bancos e a população quanto ao consumo e na aplicação de recursos.

Apesar do grande aumento da taxa de inflação, a taxa de juros teve subida moderada, o que é muito difícil de acontecer quando a inflação está alta, pois impede a redução de juros.

Gráfico 3. Finanças Públicas no Período de 2002-2019



Fonte: Elaboração própria da autora, adaptado dos dados do Knoema, 2021.

Sendo que as finanças públicas são consideradas atividades primordiais do Estado para o interesse público, o gráfico 3 mostra que as finanças públicas de Angola estiveram abaixo da média, apesar de algumas variáveis se mostrarem frágeis, como no caso das receitas que eram muito baixas, onde a mais alta se registou em 2008 de 48% em todos os períodos, e

no mesmo ano a despesa foi maior que as receitas visualizados em 53% e a maior dívida foram registradas em 2019 com 107%%, tendo déficit em todos os anos conforme o gráfico. Até mesmo em períodos antes da crise econômica as despesas do Estado angolano sempre foram maiores que as receitas arrecadadas, por isso, os registros de dívidas.

Como observado no gráfico 3, referente aos anos de 2014 a 2019, períodos em que se registou crise em Angola e trazendo uma comparação aos anos anteriores, se observa que nas variáveis financeiras houve poucas receitas arrecadadas, teve mais despesas e dívidas que acarretou no déficit público.

Em resumo, os gráficos mostram a fragilidade da economia angolana, a partir de alguns indicadores macroeconômicos e financeiros. Se verificou que as finanças públicas estão fragilizadas - à falta de controle das receitas públicas ocasionou o aumento da dívida pública.

4.2 As Consequências da Crise na Administração Pública Angolana

Como se revelou no decorrer desta monografia, na Administração Pública Angolana a crise veio de certa forma mostrar que existem problemas do ponto de vista econômico, político, social e organizacional.

Diante do exposto apraz citar as principais consequências da crise na Administração Pública Angolana:

Poucos investimentos estrangeiros: com a crise em Angola, poucos investidores aceitaram investir em Angola. E isso fez com que algumas empresas privadas fechassem. Além disso, se sabe que os investimentos estrangeiros podem ser primordiais para a aceleração e desenvolvimento econômico de um país. Em Angola, nos últimos anos existiram poucos investidores devido a crise econômica, de acordo com Sete (2019), Angola apresenta riscos elevados, o que dificulta a atração de investidores devido a burocracia no tratamento de visto de trabalho, pouca fiscalização, corrupção e outros custos com a energia, água, transporte que são bastante caros. Dados do BNA (2021) mostram que do período de 2005 a 2011, o investimento estrangeiro foi aproximadamente de USD 81.150, 11 de mil milhões, enquanto que devido a queda do petróleo de 2014 para 2015 o investimento caiu para USD 10 mil milhões. No período de 2016 a 2019 tem se criado incentivos para atrair investidores, sendo que o BNA não apresentou a entrada de investidores nesses períodos.

Aumento da fome e pobreza: antes da crise econômica, em algumas regiões de Angola a população já enfrentava a fome e a pobreza e com a crise, a situação agravou. E como forma de combate à fome, as famílias têm praticado a agricultura, que tem sido difícil devido a falta de água, uso adequado dos solos, falta de fertilizantes, além de apoios para preparação dos solos, ajudar no combate às pragas, etc. Infelizmente esse setor que poderia contribuir para o combate à fome e a pobreza não têm sido aproveitados devidamente pelo Estado angolano o que torna inferior o seu crescimento.

Aumento de criminalidade e prostituição: Com o aumento da fome e o desemprego é crescente o índice de criminalidade e prostituição em Angola. Infelizmente as políticas que o governo angolano cria não têm surtido efeito e acabam causando problemas sociais, deixando a população fora dessas políticas.

Apesar de existirem várias consequências não só para a Administração Pública mais também para a economia angolana, se observou alguns pontos positivos como:

Redução das atividades estatais: o Estado angolano muitas vezes tem-se responsabilizado em todas as tarefas e acaba deixando o setor público prestando serviços sem abertura para o setor privado, com essa redução permitiu a atuação do setor privado na prestação de outros serviços, além disso, com menos setor acredita-se que terá mais qualidade atendendo todas as demandas sociais e poderá reduzir nos gastos públicos. Antigamente existiam 28 ministérios, sendo reduzido para 21, fazendo a junção de alguns ministérios.

Interesse pela fiscalização: o tribunal de contas é o órgão máximo da fiscalização das instituições públicas e privadas de Angola. O interesse pela fiscalização emergiu a partir de um plano que o governo aprovou em 2001, denominado “Plano Estratégico” que, infelizmente, não foi devidamente executado. Se verifica que este programa renasceu depois do surgimento da crise, pois se tem notado melhorias no controle das atividades, dos recursos públicos e colaborar para o melhoramento da Administração Pública angolana.

Como se pode observar, os maiores impactos da crise econômica na administração pública foram negativos. No entanto, apesar da principal causa ser a queda do preço do petróleo, a corrupção, má gestão do dinheiro público e a má governação também foram uma das causas. Ou seja, a crise afetou todos os setores da administração pública, principalmente o setor econômico, administrativo, educação, saúde e agricultura, por serem os setores em que a aderência da população é maior.

4.3 Possíveis estratégias para combater a crise econômica em Angola

Diante do que foi exposto nesta monografia referente a crise existente em Angola e o quanto ela tem sido prejudicial nos serviços públicos e privados e principalmente na vida dos angolanos. Diversos autores assim como o próprio governo de Angola adotaram várias formas para sair de crise, no entanto adotamos estas mesmas como reforço e alerta ao governo angolano. Durante a alerta da crise econômica, o governo criou:

a) programas de incentivo à diversificação. Segundo MEP (2018), este programa demonstra a relevância de diversificar a economia, começando para substituição das importações para produção nacional de bens de consumo e serviços como outra fonte de riqueza, o programa também permite mais controle da fiscalidade das contas públicas angolana.

b) o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 foca no planejamento em médio prazo, visando promover o desenvolvimento social, econômico e manter a estabilidade macroeconômica de Angola. Apesar de ser de longo prazo, este plano promove vários desafios para promoção do país, trabalhando diretamente com o Ministério da Economia e Planejamento.

O período de implementação do PDN 2018-2022 é marcado pela correção dos desequilíbrios macroeconômicos motivados pela crise financeira, econômica e cambial, [...] para o restabelecimento da confiança, que é uma condição necessária para que a economia angolana retome a trajetória de crescimento e o processo de desenvolvimento em bases diversificadas, salvaguardando a sustentabilidade das contas públicas e das contas externas (MEP, 2018, p13).

Este plano continua a ser executado pelo governo, pese embora tem havido uma lentidão nos alcances dos objetivos, o processo de diversificação tem melhorado bastante, sabe - se que não é fácil diversificar uma economia que há muito tempo é dependente, o governo tem estado expectante com as políticas de diversificação econômica.

Ainda no processo estratégico para saída da crise, o governo implantou a reforma fiscal e administrativa: esta reforma foi um reforço a sua implementação, pois antes da independência de Angola 1994 embora possa ser notificada e alterada de 1975-2014 continuou em vigor até a presente data. Acredita-se que, com a reforma fiscal, o governo poderá criar incentivos fiscais para impulsionar as empresas e os empresários e funcionários a promover o crescimento econômico e social de Angola com as empresas. Enquanto isso, com a implementação da reforma administrativa existiram maior transparência, melhoria e qualidade nos serviços públicos básicos prestados pelo Estado à sociedade (MPDT, 2012).

Outra possível solução seria o arranque das políticas públicas sobre a corrupção existente em Angola. Este fenômeno tem impedido o desenvolvimento deste país, permitindo lavagem de dinheiro e desigualdades sociais. No entanto, segundo Morais (2019), o investimento estrangeiro é primordial para desenvolvimento econômico de um país, pois, um ambiente organizacional atrairia investidores. Pedir apoios de entidades assim como fez ao FMI que prestou assistência econômica e financeira, apoiando a reforma para Angola de modo a recuperar a dívida pública e apoiar o crescimento econômico diversificado.

Com o apoio da assistência técnica do FMI e dos seus parceiros de desenvolvimento, as autoridades estão a tomar medidas para fortalecer a gestão das finanças públicas, melhorar a alocação dos escassos recursos públicos e reforçar a formulação e a implementação de políticas orçamentais. (FMI, 2019 p.2).

A ajuda do FMI foi essencial, Angola tem conseguido recuperar sua economia embora de forma lenta. O apoio tem levado o executivo angolano a tomar medidas preventivas de não acúmulo de dívidas públicas e a estabelecer a economia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre Angola foi um desafio enorme, pela escassez de dados e estudos que abordam sobre o assunto. Diante disso, foi possível chegarmos a algumas conclusões. No primeiro momento, foi possível fazer uma visão geral sobre os acontecimentos ocorridos em Angola para se chegar até a crise econômica, além de pontuar a pesquisa com os objetivos e justificativas. No segundo momento se buscou pontuar a administração pública, desde seu conceito, história e sua divisão segundo a constituição angolana. Prosseguindo com a crise fiscal, seguindo das finanças públicas, que foi um dos temas primordiais para os resultados desta pesquisa onde encontramos temas como receitas, despesas, déficit e dívidas públicas. No terceiro momento, se abordou sobre a crise em Angola onde se apresentou os principais períodos para a economia angolana, e foram descritas também as consequências dessa crise econômica no processo de crescimento e desenvolvimento de Angola. Tivemos como consequências as variáveis macroeconômicas, nomeadamente o PIB negativo, aumento da taxa de juros, aumento da inflação e desemprego, redução da receita fiscal e o aumento das dívidas públicas.

Ainda nesta sessão foi possível desenvolver o trabalho através da metodologia usada compondo a área de estudo, o tipo de pesquisa, as técnicas de coletas de dados e análise dos dados. Podendo chegar ate os resultados e discussões da pesquisa com alguns tópicos

como a análise da situação econômica de Angola, onde foi possível verificar que a situação econômica de Angola hoje é considerada razoável, pois ainda existem vários desafios para se ter uma economia boa como já foi considerado em anos anteriores a crise, e como verificados nos gráficos apresentados ainda há muito a que se fazer para a estabilidade econômica de Angola. Ademais, o trabalho trouxe as possíveis estratégias para combater a crise econômica, adotando como mecanismo de combate a criação de programas de incentivo a diversificação, plano de desenvolvimento nacional e combater a corrupção, um fenômeno que tem impedido o crescimento econômico de Angola.

Por fim, com os resultados foi possível verificar que a grande dependência do petróleo para a economia angolana fez com que a crise econômica se propagasse tão rapidamente em quase todos os setores, principalmente o econômico e financeiro. Ou seja, poderia se evitar se caso existissem outras formas de rendimento que ajudasse no desenvolvimento econômico de Angola.

Por outro lado, Angola tem perdido oportunidades de aproveitar o crescimento econômico para melhorar as condições de vida da população, aumentar os serviços de educação e saúde gratuitos, organizar o sistema nacional de previdência e segurança social e designar os mecanismos e processos para uma mais equilibrada, justa e racional distribuição do rendimento.

Com relação à Administração Pública Angolana, se observou que os impactos negativos foram maiores, pois surgiu a crise fiscal que engloba também as questões econômicas que são fundamentais para o desenvolvimento de um país. Além disso, este trabalho revelou que não existe administração pública sem recursos financeiros, além de mostrar a fragilidade da fiscalidade nos serviços públicos e fraca tecnologia que poderia ajudar no controle da Administração Pública.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Evandro José Coelho do. **Administração Pública Angolana**. Luanda, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/80nn5vv>. Acesso em: 10 jan.2021.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial em Angola**. Luanda, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>. Acesso em: 17 Jun. 2021.

_____.2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>. Acesso em: 11 jan. 2021.

_____. **Angola economic update. Desenvolvimento e questões econômicas que moldam o futuro de Angola**. Luanda, 2013. Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Africa/Angola/angola-economic-update-june-2013-po.pdf>. Acesso em: 26 Jun. 2021.

BNA - BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Posição do Investimento Estrangeiro**. Luanda, 2021. Disponível em: <https://bna.ao/#/banco/pesquisa/INVESTIMENTO>. Acesso em 17 jun. 2021.

BEMBA, Samuel António Domingos. **Finanças públicas e défice em África: O caso de Angola**. Dissertação (Mestrado em Finanças) - Universidade Portucalense, Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/handle/11328/1237>. Acesso em 17 jun. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et al. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006.

_____. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e planejamento econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 24 Jun. 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, Luanda, 2010. Disponível em: https://www.vicepresidente.gov.ao/wpcontent/uploads/2019/02/CRA_PT_VERSAO_DIGITAL.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, v.28, n.1,183-194,2002.

DEODATO, Alberto. **Manual de Ciências das Finanças**. 15ª ed. São Paulo: Editora Saraiva 1977.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª ed. São Paulo: editora Atlas, 2016.

FREITAS, H. M de.; CUNHA JÚNIOR, M. V.; MOSCAROLA, Jean. Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 32, n. 3, 1997.

FMI - Fundo Monetário Internacional. **Consultas de 2015 ao abrigo do artigo IV – comunicado de imprensa, relatório do corpo técnico de declaração da administradora do FMI para Angola**. Washington D.C. 2015. Disponível em: https://www.imf.org/~media/Websites/IMF/imported-publications/external/lang/portuguese/pubs/ft/scr/2015/_cr15301p.ashx. Acesso em: 26 mai. 2021.

FRANCISCO, Maria Mendonça et al. **A reforma fiscal angolana: importância da reforma para o desenvolvimento angolano**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade) – Escola de Ciências Económicas e das Organizações, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/9763/1/MARIA%20MENDON%20C3%87A%200FRANCISCO.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a Ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2002.

GOVERNO DE ANGOLA. **Linhas mestras para definição de uma estratégia para a saída da crise derivada da queda do preço do petróleo no mercado internacional**. Luanda. Obtido em, v. 15, 2016.

INE - Instituto Nacional de Estatística. Luanda, 2021. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>. Acesso em: 27 abr. 2021.

JENSEN, Søren Kirk; PAULO, Francisco Miguel. **Reformas ao processo orçamental e gestão das finanças públicas de Angola a crise foi um sinal de alarme?**. CMI Report, v. 2011, n. 7, 2011. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/4260-reformas-processo-orcamental-gestao-financas.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

KOSSENGUE, Henrique Jay. **A crise económica angolana e o seu impacto nos contratos privados à luz do artigo 437.º do código civil**. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa; Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37379/1/ulfd136534_tese.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

KNOEMA. **Atlas mundial de dados: Angola**. Temas de indicadores económicos em 2021. Disponível em: <https://pt.knoema.com/atlas/Angola>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 997-1006, 2016.

LEITE, Pedro Sisnando. **O verdadeiro desenvolvimento económico**. Fortaleza, 2009.

MEP - Ministério da Economia e do Planeamento. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Disponível em: <https://mep.gov.ao/ao/documentos/publicacoes/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Programa de apoio à produção, diversificação das exportações e substituição de importações. 2018**. Disponível em:

https://mep.gov.ao/fotos/frontend_27/gov_documentos/prodesi_36343524460531f3abacbc.pdf. Acesso: 26 Jun. 2021.

_____. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017**. 2012. Disponível em:

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033820.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021.

MINFIN - Ministério das Finanças. **Orçamentos gerais do Estado**. 2021. Disponível em:

<https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#/>. Acesso em: 21 mai. 2021.

_____. **Percurso dos serviços de Finanças Públicas de Angola 2020**, disponível em:

https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/?fbclid=IwAR2WOerJY3ROWUZnSE8cmcDyHKxyivjgm7-rU5VQ0kw8f3c_Laaiy9T1_VE#!/sobre-o-minfin/historia. Acesso em: 22 Jul. 2021.

_____. **Boletim Estatístico das Finanças Públicas 1º trimestre 2018**. Disponível em:

<http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mduz/~edisp/minfin053678.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2021.

_____. **Orçamento Geral do Estado Revisto 2016**: relatório de fundamentação. Luanda, 2016. Disponível em:

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdm0/~edisp/minfin034923.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Orçamento Geral do Estado Revisto 2015**. Luanda, 2015. Disponível em:

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdm0/~edisp/minfin034962.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MORAIS, Otília de. **A diversificação da economia em Angola**. Dissertação (Mestrado em Economia Monetária e Financeira) – Departamento de Economia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19132/1/master_otilia_barbosa_silva.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

NESI, Nazareno. **Finanças públicas**. 2. Ed. – Florianópolis: Publicação do IF-SC, 2010.

NETO, Manuel Brito. **História e Educação em Angola**: do Colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Campinas, Brasil, 2005.

NUNES, Leandra Isamara Ferreira. **A importância da queda do preço do petróleo na crise económica em Angola**: percepções dos empresários angolanos. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.

Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16259/1/DM-LIFN-2018.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NZATUZOLA, João Baptista Lukombo. **O desemprego e a crise social em Luanda**: um esboço sobre alguns aspectos referentes à população e o mercado de trabalho. Coimbra, 2004.

PAULO, Francisco Miguel. **Que Diversificação Económica Angola Precisa?** Angola, Luanda, 2017. Disponível em: <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/09/Que-Diversifica%C3%A7%C3%A3o-Econ%C3%B3mica-Angola-Precisa.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

_____. **Quão importante é a agricultura para o Governo Angolano?** . Luanda, 2016 Disponível em: <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2018/02/Qu%C3%A3o-Importante-%C3%A9-Agricultura-para-o-Governo-Angolano.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

PEARCE, Justin. **A guerra civil em Angola 1975-2002**. Lisboa: Tinta-da-china, 2017.

Universidade Católica de Angola. **Relatório Económico de Angola, 2016**. 1ª ed. Luanda, 2017.

RODRIGUES, Faustino Manuel. **Crescimento e desenvolvimento económico de micro e pequenas empresas após implantação da UNILAB**. Monografia (graduação em Administração Pública) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE, 2015 disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/504/1/Faustino%20Manuel%20Rodrigues.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

ROCHA, Alves da. **As perspectivas de crescimento económico de Angola até 2020**. Editora CEIC. Luanda (Angola) p, v. 6, 2014.

_____. **Os riscos sobre a manobra Orçamental do governo permanecerão até 2019**. 2014. Angola, Luanda. Disponível em: http://www.ceic-ucan.org/?page_id=318. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. **O que pode comprometer o elevado crescimento económico de Angola. 2007**. Disponível em: http://www.ceic-ucan.org/?page_id=318. Acesso em: 14 fev. 2021.

_____. As questões macroeconômicas essenciais do modelo estratégico de desenvolvimento de Angola. **Revista Lucene**. Universidade Católica de Angola, nº1, ano1, Luanda, 2004.

SETE, Domingos Daniel. **A CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO EM ANGOLA: ASPECTOS FISCAIS**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Beja, Portugal, Beja, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipbeja.pt/bitstream/20.500.12207/5331/1/Daniel_Sete_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

SILVA, Pedro Ferreira da. **A crise**. Lisboa, Portugal, 2012.

The World Factbook: Angola. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/angola/#economy>. Acesso em: 24 Jun. 2021.

Tribunal de Contas. **Diário da República de Angola 2010**. Disponível em: <https://www.tcontas.ao/biblioteca>. Acesso em: 20 jul.2021.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa em Educação** Editora Atlas S.A, 1987.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

6 ANEXOS

1 ANEXOS 1 – VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS DE ANGOLA

Variáveis macroeconômicas de Angola no período de 2002-2010									
	Períodos								
Períodos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indicadores									
Taxa do Crescimento Anual do PIB	14	3	11	15	12	14	11	1	5
Taxa de Desemprego	4	4	4	4	4	4	4	4	10
Taxa de Inflação	197	94	33	42	17	4	19	-17	32
Taxa de Juros Reais	97	96	82	68	20	18	13	16	23

Variáveis macroeconômicas de Angola no período de 2010-2019									
	Períodos								
Períodos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indicadores									
Taxa do Crescimento Anual do PIB	4	9	5	5	1	-3	0	-2	-1
Taxa de Desemprego	17	17	20	24	20	17	20	29	32
Taxa de Inflação	32	7	3	4	-4	22	23	29	27
Taxa de Juros Reais	19	17	16	16	17	16	16	21	19

2 ANEXOS 2 – VARIÁVEIS FINANCEIRAS DE ANGOLA

Variáveis financeiras de Angola no período de 2002-2009									
	Períodos								
Períodos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indicadores									
Receitas Públicas	29	30	31	34	40	42	48	37	43
Despesas Públicas	31	34	30	27	31	38	53	45	39
Dívidas Públicas	74	58	48	34	19	21	31	56	37
Déficit Público	0	-3	3	9	11	5	-2	-6	5

Variáveis financeiras de Angola no período de 2010-2019									
	Períodos								
Períodos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indicadores									
Receitas Públicas	46	41	37	31	24	18	18	22	20
Despesas Públicas	37	37	37	37	27	22	24	20	19
Dívidas Públicas	30	27	33	40	57	76	69	89	107
Déficit Público	9	5	0	-5	-1	-2	-3	7	6